

José Manuel Fernandes

ARQUITECTURA PORTUGUESA

uma síntese



AA

colecção arte e artistas

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

José Manuel Fernandes

ARQUITECTURA PORTUGUESA

uma síntese

3.ª edição



colecção arte e artistas

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MÓDIA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: CONCEITOS E OBJECTIVOS, CONTEÚDOS E MÉTODOS	11
2. CONSTANTES E CARACTERÍSTICAS DA ARQUITECTURA PORTUGUESA	17
O contexto ibérico: analogias com Espanha	18
Alguns temas constantes	19
Algumas conclusões	23
3. ARQUITECTURA PORTUGUESA: UMA CRONOLOGIA	27
Dos primórdios ao final da Idade Média	27
Da Pré-História à Alta Idade Média	27
Do românico: geografia, tipologias, materiais	35
Do gótico: ciclos de evolução; afirmação da arquitectura civil	40
Depois de 1500 até finais do século XVIII	46
Do estilo «manuelino» ao maneirismo (1490-1580)	47
Do <i>plain style</i> («arquitectura chã») ao barroco (1580-1780)	51
Do neoclássico aos finais do século XX	61
4. AS GRANDES OBRAS E OS GRANDES AUTORES	73
Conteúdos e critérios	73
Alonso Domingues e a Batalha	74
A Torre de Belém e Francisco de Arruda	75

De Diogo Boytac a João de Castilho: os Jerónimos	77
Tomar dos Templários: o claustro de Diogo de Torralva	78
Francisco de Holanda e <i>Da Fábrica Que Falece</i>	79
Filipe Terzi e Baltasar Álvares: de São Vicente à Sé Nova de Coimbra	80
João Antunes e Santa Engrácia	82
O Aqueduto das Águas Livres	84
A Baixa pombalina e Carlos Mardel	85
Os Clérigos e Nicolau Nasoni	86
O Teatro de São Carlos e Costa e Silva	87
O Palácio da Pena, em Sintra	89
O Salão Portugal e José Luís Monteiro	90
A casa da Rua de Alexandre Herculano e Ventura Terra	91
A Casa do Cipreste e Raul Lino	92
O Edén Teatro e Cassiano Branco	94
O banco em Vila do Conde e Siza Vieira	96
5. ARQUITECTURA POPULAR: UMA VISÃO REGIONAL E TRADICIONAL DO ESPAÇO PORTUGUÊS	99
Conteúdos, métodos, conceitos	99
Descrições e interpretações	101
Arquitectura popular nas regiões do «Portugal europeu»	102
Outras áreas: a construção popular e a diáspora	104
Hoje, os clandestinos e os emigrantes	107
6. A CASA EM PORTUGAL: UMA LEITURA EVOLUTIVA DAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO	125
Da herança medieval aos modelos pós-renascentistas	127
Do período pombalino até meados do século XIX	129
Os séculos XX e XXI	130
7. A CIDADE PORTUGUESA: UM MODO CARACTERÍSTICO DE ESPAÇO URBANO	133
Introdução	133
Antecedentes históricos do urbanismo em Portugal	136
Da cultura castreja à romanização	136
Dos Muçulmanos à Reconquista	138
A primeira dinastia e o ressurgir das cidades	140
Uma primeira síntese	143
Características na expansão: uma «diáspora urbana»	145
A dimensão atlântica: cidades nos arquipélagos	146
A cidade luso-brasileira	149

A cidade portuguesa no Oriente	152
Os espaços urbanos em África	155
Desde o século xviii: transformação de um modelo	156
A evolução na metrópole	156
Sinais de mudança	158
O período joanino-pombalino	159
A cidade portuguesa nos séculos xix e xx	162
BIBLIOGRAFIA	215

INTRODUÇÃO

CONCEITOS E OBJECTIVOS, CONTEÚDOS E MÉTODOS

O ensaio que aqui se apresenta pretende abarcar a evolução da produção arquitectónica e urbanística de Portugal, um pequeno país do extremo ocidental da Europa, com uma longa história e uma também longa tradição de estabilidade na demarcação da sua área geográfica nacional.

Deseja-se definir um quadro de síntese de uma «cultura construída de raiz portuguesa» ao correr de um «tempo longo», com as suas naturais virtualidades e limitações.

Algumas questões prévias terão de ser levantadas quer quanto à natureza e objecto do estudo quer quanto a métodos seguidos e conteúdos apresentados.

Primeira questão: deve abordar-se a «arquitectura portuguesa» ou apenas a arquitectura «em Portugal»? Optaremos aqui pela primeira expressão, já que entendemos como suficientemente provada (como se desenvolverá no capítulo seguinte) a existência de uma produção original representativa da cultura portuguesa, alicerçada no tempo e no aperfeiçoamento dos seus valores próprios. Essa produção, note-se, é tanto mais compreensível no

nosso entender, quanto mais se estender a sua abordagem à arquitectura realizada fora do território da Península Ibérica, nas áreas influenciadas ou colonizadas pela diáspora ultramarina.

Assim, a leitura da «arquitECTURA portuguesa» implicará a referência sistemática e desenvolvida à sua situação histórica em territórios não europeus mas que ontem como hoje continuam ligados ou articulados com a «metrópole» (caso das ilhas: Madeira e Açores, e, até 1999, Macau), bem como referências mais resumidas a outras áreas até há poucos anos com ela relacionadas (Goa, Damão, Diu e alguma África), sem descuidar os aspectos da arquitectura nas antigas grandes áreas «coloniais» (Marrocos, Brasil, Médio Oriente, Índia/Ceilão e Extremo Oriente) — e aqui não caberá explicitar o tipo de ocupação «colonial» portuguesa, que é um caso único no conjunto dos países europeus, quer pela antiguidade e persistência de tal ocupação, quer pelo sentido de «multiplicidade dos poderes» e de miscigenação social que a acompanhou.

Como reflexão final, podemos afirmar que a compreensão aprofundada da produção arquitectónica nacional e da sua evolução passam necessariamente por uma abordagem global, europeia e transatlântica a um tempo.

Segunda questão: qual o entendimento do conceito de «arquitectura»? A nossa interpretação não definirá fronteiras estanques entre os aspectos arquitectónicos e os urbanísticos, já que, indissociáveis, eles se complementam e interpenetram historicamente (embora se deseje aqui incidir com preponderância na vertente da arquitectura).

Tão-pouco se fará barreira entre os aspectos da cultura construída de expressão erudita e a de expressão popular, já que a distinção entre ambas não é legítima em muitos casos da história da arquitectura portuguesa, que tende a evoluir, em cada fase estilística, articulando os dois conceitos e modos de construir.

Finalmente, procurar-se-á sempre que possível um equilíbrio entre a análise dos programas «monumentais» (patentes sobretudo nas arquitecturas religiosa, militar, civil) e os programas ditos «correntes» (sobretudo ligados à habitação), o que é justificável pelo interesse e importância que a abordagem destes últimos aspectos vem assumindo — e também pela contribuição que a

análise dos programas de habitação dá à compreensão dos sítios e dos conjuntos construídos — situando-se entre o extenso tema da cidade e o isolado objecto arquitectónico.

Uma terceira definição da abordagem prende-se com o entendimento da história que aqui se faz. Ele é em primeiro lugar ABERTO a uma visão actual, numa época que podemos apelidar de «Pós-Nova História», em que se conta necessariamente tanto com a utilidade da leitura «cronológica» como com a importância da visão «serial», ou seja, aplicando conceitos, com a operacionalidade do tema «estilo» em conjugação com o factor «tipologia», ou, em termos sistematizadores, tanto com o papel da «conjuntura» como com o da «estrutura» na compreensão dos «acontecimentos e factos».

É também MÚLTIPLO, ou seja, aceita a multiplicidade de aproximações, pelo que recorre ao sentido pluridisciplinar, ou, melhor dizendo, interdisciplinar, com o concurso das várias áreas de conhecimento mais necessárias: da geografia (relacionando o contexto geomorfológico e climático com os processos de implantação urbana e construída, ou os materiais disponíveis no meio natural com as formas edificadas daí resultantes); da arquitectura (levantando e desenhando os objectos em estudo, na sua reconstituição tridimensional, ou fazendo a representação visual e global do espaço urbano); da antropologia (compreendendo os valores do colectivo para além da cronologia — ou os elementos urbano-arquitectónicos que permanecem imutáveis no tempo — com base sobretudo na interpretação «estruturalista» que é afinal a complementar «busca das invariantes entre diferenças superficiais», no dizer de Lévi-Strauss).

Sem deixar de utilizar outras ciências auxiliares da história, imprescindíveis à coerência e ao sentido global deste estudo, como a arqueologia (que identifica os elementos materiais concretos existentes), a estética (que procede à interpretação de cada objecto como «obra de arte») ou a bibliografia (pano de fundo e base de leitura documental, que aqui se distribui de um modo orientado por cada temática de capítulo), há que acentuar a orientação fundamentalmente «antropológica» desta nossa interpretação «histórica», pois vemos estes dois campos do saber como básicos